

**“Até no lixão nasce flor”:
Cidadania insurgente no Morro do Água Fria em Palmas-TO**

SESSÃO TEMÁTICA: DIMENSÃO HUMANA DO PROJETO, DO
PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

Renato Bezerra Rodrigues

BrCidades

renato.rodrigues@mail.uft.edu.br

Nani Lopes Pereira

Brcidades

nani.lopes@mail.uft.edu.br

RESUMO

As desigualdades socioespaciais presentes nas cidades brasileiras são fruto de processos históricos marcados pela concentração de renda, pelo racismo estrutural e por modelos de urbanização orientados pelo mercado, que aprofundam a segregação territorial e a vulnerabilidade ambiental. Inserido nesse contexto, o direito à paisagem surge como dimensão fundamental do direito à cidade, ao revelar que diferentes grupos sociais vivenciam e transformam o território de maneiras desiguais, expressando tais dinâmicas no espaço vivido. O estudo do Morro do Água Fria, em Palmas–TO, busca evidenciar a sobreposição de vulnerabilidades sociais, ambientais e institucionais, decorrentes da ocupação de um antigo aterro sanitário, da ausência de serviços públicos e da insegurança jurídica, ao mesmo tempo em que revela práticas insurgentes e formas de autogestão comunitária. Desse modo, foi utilizada uma abordagem participativa em conjunto com a comunidade, a fim de identificar coletivamente as necessidades locais e compreender a paisagem a partir da experiência dos moradores. Os resultados evidenciam a construção de uma consciência crítica sobre racismo ambiental e injustiça climática, articulando resistência, solidariedade e reivindicação de direitos em prol do habitar justo. Nesse sentido, o estudo reforça a paisagem como categoria analítica relevante para compreender, de forma integrada, a produção das desigualdades e as práticas que as confrontam.

PALAVRAS-CHAVE: insurgência; paisagem; participação.

ABSTRACT

The socio-spatial inequalities in Brazilian cities are the result of historical processes marked by income concentration, structural racism, and market-oriented urbanization models, which intensify territorial segregation and environmental vulnerability. Within this context, the right to landscape emerges as a fundamental dimension of the right to the city, revealing that different social groups experience and transform territory in unequal ways, expressing these dynamics in lived space. The study of Morro do Água Fria, in Palmas–TO, seeks to highlight the overlapping



social, environmental, and institutional vulnerabilities resulting from the occupation of a former landfill, the lack of public services, and legal insecurity, while also revealing insurgent practices and forms of community self-management.

Thus, a participatory approach was adopted in collaboration with the community in order to collectively identify local needs and understand the landscape from the residents' lived experience. The results highlight the development of critical awareness regarding environmental racism and climate injustice, articulating resistance, solidarity, and claims for rights in favor of just housing. In this sense, the study reinforces landscape as a relevant analytical category for understanding, in an integrated way, the production of inequalities and the practices that challenge them.

KEYWORDS: insurgency; landscape; participation

1 INTRODUÇÃO

As desigualdades socioespaciais presentes nas cidades brasileiras são resultado de processos históricos profundamente marcados pela concentração de renda, pelo racismo estrutural e por um modelo de urbanização que privilegia a lógica do mercado em detrimento das necessidades coletivas. No contexto urbano, esses processos se materializam na segregação territorial, na precarização das periferias e na produção seletiva da vulnerabilidade ambiental, configurando territórios onde o acesso a direitos básicos, como moradia digna, saneamento, mobilidade, lazer e segurança é sistematicamente negado. Essa realidade revela que a cidade não é apenas palco das desigualdades, mas um instrumento ativo de produção e reprodução delas.

Nesse cenário, a paisagem deixa de ser apenas um elemento estético ou geográfico e passa a ser compreendida como uma construção social, histórica e política, resultante das relações entre sociedade e natureza ao longo do tempo. Assim, ela expressa as desigualdades, disputas e formas de apropriação do espaço. O modo como uma comunidade vê, ocupa, transforma e significa sua paisagem reflete tanto sua condição de vulnerabilidade quanto sua capacidade de produzir modos de existência e resistência no território (Santos, 2002). Desse modo, a paisagem integra o debate sobre justiça climática ao evidenciar que o acesso à natureza, ao conforto térmico, à arborização, ao lazer e a um ambiente equilibrado é também uma questão de equidade e de democratização urbana.

Enquanto o território é compreendido como espaço apropriado e vivido, marcado por relações de poder e disputas (Santos, 2002), a paisagem corresponde à expressão visível e sensível dessas dinâmicas. Dessa forma, este trabalho, busca articular ambas as categorias, destacando como a paisagem do Morro do Água Fria, em Palmas-TO, revela as desigualdades socioambientais e, ao mesmo tempo, práticas insurgentes de resistência.

Desse modo, buscamos apresentar e discutir os resultados de um ciclo de oficinas participativas realizadas pelo núcleo BrCidades Tocantins com moradores do Morro do Água Fria, Setor Fumaça e Água Fria, cuja proposta metodológica buscou construir coletivamente diagnósticos, percepções, desejos e alternativas para o território e sua paisagem através da escuta comunitária, cartografia social e imaginação coletiva. Portanto, ao articular reflexão teórica, análise territorial e práticas participativas, esta pesquisa busca expor como os processos de planejamento popular podem contribuir para a formulação de políticas públicas mais democráticas e sensíveis às realidades periféricas.



Portanto, o estudo parte da compreensão de que a paisagem do Morro do Água Fria é marcada por uma contradição central, ao mesmo tempo em que expressa a produção histórica de desigualdades socioambientais associadas ao racismo ambiental, a ausência de políticas públicas e a emergência de práticas insurgentes de resistência, autogestão e produção coletiva do espaço. Nesse sentido, a pesquisa se insere na necessidade de compreender como essas dimensões coexistem e se tensionam na paisagem como campo ativo de disputa, significação e transformação.

2 DIREITO À PAISAGEM

Segundo Aziz Ab'Saber (1977), o conceito de “paisagem” remete ao sentido de herança, dos processos fisiográficos e biológicos, do patrimônio coletivo e da atuação histórica das comunidades. Nesse sentido, o termo foi tomando diferentes proporções ao longo da história, seja no latim ou na língua portuguesa, seu sentido esteve associado com a lógica de apropriação do espaço, ao processo de construção da identidade de um território e de um povo, no entanto, esse conceito tomou forma de fato na era moderna.

A partir dos séculos XVI e XVII, no período da renascença e do barroco, o termo “paisagem” toma uma proporção de reconhecimento de novas formas de interpretar a realidade, associada com as transformações da época, designando o olhar sensível para o território a partir da arte. No século XIX e início do século XX, o conceito passa a englobar além da dimensão artística, a lógica da vivência, tomando um sentido de percepção que engloba tanto sua materialidade quanto sua subjetividade, sendo algo processual e que toma uma lógica de temporalidade (Sandeville, 2005).

Neste trabalho, compreende-se a paisagem como uma construção social, histórica e política, que expressa as relações entre sociedade e natureza ao longo do tempo. A paisagem não se limita à dimensão visual, mas incorpora aspectos simbólicos, culturais e materiais, revelando desigualdades e formas de apropriação do espaço. Essa dimensão é complementada pela ideia de território, conforme Milton Santos (2002), enquanto espaço apropriado e vivido, marcado por relações de poder e disputas, no entanto, se volta especialmente para a paisagem como objeto e causa, reflexo das suas formas visíveis e sensíveis.

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob gestão do Estado-Nação. (Saquet, 2004, p. 81)

Diante disso, Milton Santos (2002) ressalta a ideia de paisagem associada diretamente com a teoria crítica do espaço e o materialismo dialético, desse modo, essa dimensão da percepção, das relações de poder e disputas, das formas invisíveis como ponto mártir da lógica de segregação urbana e expressão da desigualdade estrutural da sociedade brasileira, sendo um fenômeno além de espacial, também social, econômico e político, também produto da organização da distribuição desigual dos recursos. Dessa forma, o processo de segregação se configura como um princípio organizador da urbanização do Brasil e ao mesmo tempo de controle social, derivando da condição histórica de desigualdade social, do racismo estrutural e da condição do Estado enquanto agente ativo de exclusão social das classes populares.

Assim, Carneiro (2002), afirma que essa condição do racismo estrutural organiza todas as dimensões da vida (moradia, vivência, expressão e exposição a vulnerabilidades), na qual a população negra e pobre está subinvestida, precarizada e mais afetada por riscos ambientais. Logo, o processo de segregação, através da expulsão da população para a periferia, favelas, aterros, áreas de risco, áreas verdes e regiões rejeitadas pelo mercado formal, condicionou os corpos negros sobre uma lógica de necropolítica (Mbembe, 2018).

Nesse sentido, surge o termo “racismo ambiental”, enquanto representação das políticas públicas de distribuição desigual nos territórios, no qual a cidade se insere como um espaço simbólico de injustiça ambiental, onde determinados grupos têm seus direitos ambientais sistematicamente negados. Assim, compreende-se o risco como uma construção que não é natural, sendo um produto social, no qual a produção da vulnerabilidade se dá de forma seletiva, construindo as chamadas “zonas de sacrifícios”, onde os danos ambientais são considerados aceitáveis e a vida tem seu valor minimizado, se coincidindo especificamente com os territórios racializados e periféricos (Gonzalez, 1984).

Nessa perspectiva, o “direito à cidade”, formulado por Henri Lefebvre (2017), surge como uma compreensão ampliada da vida urbana, envolvendo a participação ativa da população na produção, gestão e reinvenção da própria cidade, reconhecendo que os espaços urbanos são construídos socialmente e, portanto, devem refletir as necessidades e expectativas de todos os seus habitantes, promovendo a inclusão, democracia e sustentabilidade. Assim, colocando no centro a justiça social e a equidade territorial, Lefebvre defende uma cidade em que diferentes grupos possam exercer plenamente sua cidadania e intervir no modo como o espaço urbano é produzido e apropriado.

Nesse sentido, o planejamento participativo é entendido como um instrumento fundamental para enfrentar desigualdades, ampliar a diversidade sociocultural e fortalecer as relações comunitárias, permitindo que a cidade seja continuamente transformada a partir de práticas coletivas e emancipadoras. Segundo James Holston (1999), essa perspectiva se amplia ao reconhecer as “cidadanias insurgentes” como formas de ação política que emergem das periferias urbanas, enquanto contestação das estruturas excludentes do Estado e reivindicação dos direitos por meio de práticas cotidianas de resistência e autogestão do território. Para Holston, essas insurgências não apenas desestabilizam o modelo tradicional de cidadania, mas também produzem novos modos de pertencimento e participação, tornando-se essenciais para a construção de cidades mais justas e democraticamente produzidas.

Nesse debate, o direito à paisagem emerge como dimensão complementar ao direito à cidade, ao afirmar que todos os grupos sociais devem ter acesso, voz e poder sobre as formas de ver, viver e transformar os ambientes que habitam. Logo, a garantia ao direito à paisagem, portanto, implica reconhecer as multifaces da paisagem e promover a articulação do planejamento participativo, protagonismo comunitário e ações emancipatórias que reposicionam a paisagem como bem comum e componente essencial da justiça socioambiental e climática (Wehmann, 2017).

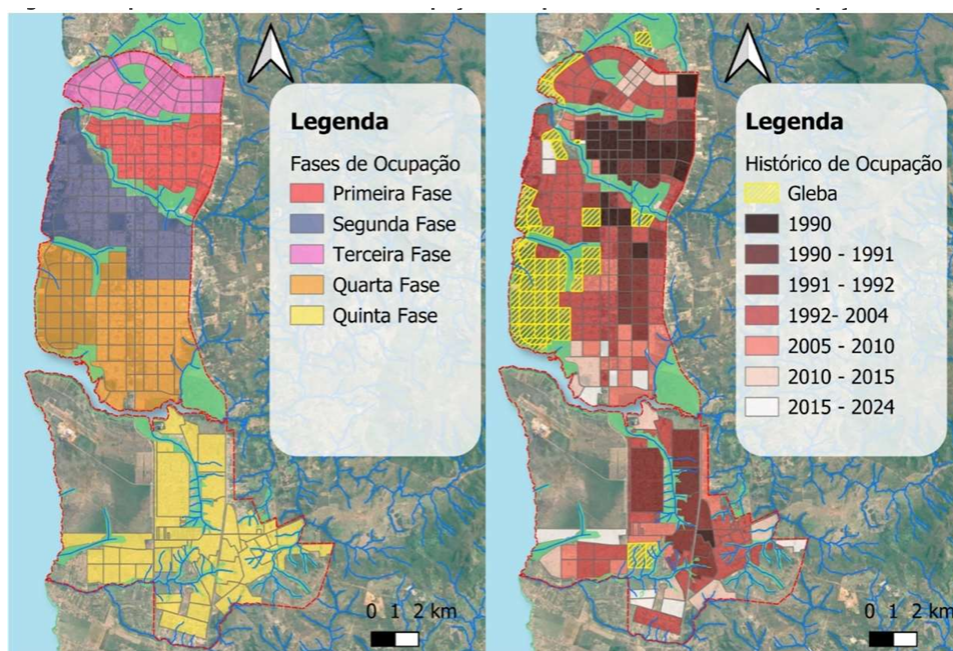
Desse modo, a paisagem pode ser compreendida como a materialização das dinâmicas sociais, ambientais e políticas no espaço, permitindo a leitura das desigualdades e das formas de resistência presentes nos territórios. No caso das periferias urbanas, a paisagem exprime tanto a precariedade estrutural quanto as práticas insurgentes que ressignificam o espaço vivido.

3 A CIDADE DE PALMAS

Palmas, capital do Tocantins, foi fundada em 1989 baseada em um projeto de urbanização planejada que, apesar de sua proposta inovadora, não conseguiu suprir de maneira plena as demandas reais da população, especialmente das comunidades de baixa renda. Atualmente, com 302.692 habitantes distribuídos em 2.227 km², a cidade está localizada na região Norte do Brasil, em uma área de transição entre o Cerrado e a Amazônia, criada como parte da estratégia nacional de descentralização e do desmembramento do estado de Goiás (Velasques, 2010).

Desde sua origem, Palmas foi concebida como uma cidade planejada, organizada em fases de expansão urbana capazes de orientar seu crescimento de forma racional e econômica, reduzindo custos com infraestrutura e transporte. O projeto inicial previa quatro etapas de desenvolvimento (Figura 1), planejadas para comportar até 1,2 milhão de habitantes, além de uma quinta fase destinada a expansões futuras, podendo elevar sua população total a até 2 milhões de moradores, na qual utilizava como principal preceito o equilíbrio ecológico conforme a figura a seguir (GrupoQuatro, 1989).

Figura 1: Comparativo entre as fases de ocupação previstas no projeto e o histórico de ocupação real da cidade de Palmas-TO



Fonte: Rodrigues e Sousa, 2025.

Entretanto, a ocupação da cidade não seguiu o roteiro estabelecido. Nos primeiros anos, a Área de Expansão Sul passou a ser ocupada rapidamente, fugindo do planejamento original. Já na região norte, a zona de transição entre áreas urbanas e rurais também começou a receber ocupações a partir de 2002, despertando forte interesse do mercado imobiliário e suprimindo as faixas verdes estabelecidas (Rodovalho, 2020).



Nos primeiros tempos de implantação da capital, o Estado utilizou barreiras policiais para restringir o acesso da população de baixa renda às áreas centrais previstas no plano urbanístico. Essa estratégia acabou empurrando essas famílias para a região sul, fora do traçado planejado. Como resultado, a cidade se expandiu de forma dispersa, deixando grandes áreas vazias entre as ocupações e fomentando a especulação imobiliária (Coriolano, 2011).

Esse processo de valorização desigual favoreceu especialmente o setor imobiliário, enquanto as populações de menor renda foram empurradas para periferias carentes de serviços públicos. Assim, o crescimento urbano de Palmas foi condicionado por interesses econômicos e políticos, sobretudo ligados ao mercado imobiliário, levando a uma cidade marcada por fragmentação, desigualdades e grandes vazios urbanos. Esses vazios passaram a ocupar um papel central nas discussões sobre desenvolvimento urbano, pois a dispersão espacial é vista como uma das causas dos principais problemas de infraestrutura, mobilidade e funcionamento urbano (Rodvalho, 2020).

Além disso, a expansão desordenada aumentou os custos de deslocamento entre as periferias e a área central, onde se concentram serviços e oportunidades, intensificando os trajetos pendulares. Esse fenômeno sobrecarregou o transporte público e evidenciou ainda mais os impactos sociais e econômicos de um modelo de urbanização que privilegia a lógica do mercado em detrimento das necessidades da população, assim, as ocupações informais se deram especialmente sobre as faixas verdes, espaços onde o mercado formal não conseguia intervir (Bottura, 2019).

Dessa forma, a capital tocantinense surge sob um ideal modernista, no qual a paisagem estava associada ao progresso, com avenidas largas e áreas verdes planejadas. No entanto, a paisagem que se consolidou foi marcada pelo espraiamento, fragmentação e especulação imobiliária, contrariando o projeto original. Nesse sentido, a ideia de uma cidade criada sobre o viés de integração e futuro, foi substituída por um viés neoliberal, marcado pela forte presença da influência do mercado imobiliário e pela reprodução das desigualdades socioespaciais (Bottura, 2019).

O caso de Palmas demonstra como o planejamento urbano pode ser profundamente distorcido por interesses imobiliários e pressões econômicas, resultando em segregação socioespacial, exclusão social e principalmente injustiça climática. Esse cenário deixa explícita a necessidade de políticas públicas mais firmes, capazes de regular a especulação imobiliária e conter seus efeitos sobre o ordenamento do território. Nesse contexto, o direito à cidade surge como diretriz essencial, propondo um planejamento urbano mais democrático, sensível às necessidades coletivas e pautado pela participação ativa das comunidades na tomada de decisões que moldam seus territórios e, conseqüentemente, suas paisagens.

4 O MORRO DO ÁGUA FRIA

Entre as áreas periféricas de Palmas, destaca-se o Morro do Água Fria, também denominado Chácara 13 ou Setor Fumaça. A comunidade está localizada na Zona Rural Norte de Palmas, além do limite do perímetro urbano, em posição paralela ao Córrego Água Fria. O local apresenta um histórico de ocupação irregular sobre o antigo aterro sanitário municipal, desativado no final da década de 1990. Atualmente, aproximadamente 47 famílias residem na área, em edificações térreas caracterizadas

pela precariedade construtiva e pela utilização de alvenaria cerâmica, madeirite e materiais reciclados, elementos construtivos que se materializam na paisagem como expressão das desigualdades vivenciadas pelas famílias.

A comunidade encontra-se em situação de profunda invisibilidade institucional, sendo privada do acesso a serviços públicos básicos, como saneamento, abastecimento de água, energia elétrica, coleta de resíduos, transporte público, segurança e assistência à saúde. Soma-se a essa condição a insegurança jurídica relativa à permanência das famílias, a inexistência de análises conclusivas sobre a qualidade do solo, que pode apresentar risco de contaminação em decorrência da ocupação sobre o antigo aterro e a ausência de endereçamento formal.

A paisagem do Morro do Água Fria expressa a sobreposição de vulnerabilidades socioambientais. A presença do antigo aterro sanitário, associada à precariedade das moradias e à ausência de infraestrutura, configura uma paisagem marcada pela desigualdade, pela invisibilidade institucional e pela exposição a riscos ambientais destinadas a pessoas que, sem ter onde morar, se viram obrigadas a ocupar e transformar um lugar que, pelas condições ambientais e pela ausência de políticas públicas, não oferece suporte adequado à vida digna. A transformação do que ora era um lixão em lar demonstra como a população, buscando sobreviver, organiza-se coletivamente, ressignificando o território e produzindo uma paisagem que revela tanto a exclusão quanto a resistência.

A presença do antigo aterro sanitário revela, ainda, uma paisagem marcada pela negligência estatal e pela produção seletiva de riscos, evidenciando a destinação de áreas degradadas às populações vulneráveis. Ao mesmo tempo, sua transformação em espaço de moradia demonstra a capacidade de ressignificação e resistência da comunidade. Nesse contexto, elementos como moradias precárias, ausência de infraestrutura, áreas de risco e espaços coletivos como hortas, agroflorestas, o campo de futebol e a praça improvisada constituem a paisagem, articulando dimensões materiais, simbólicas e cotidianas.

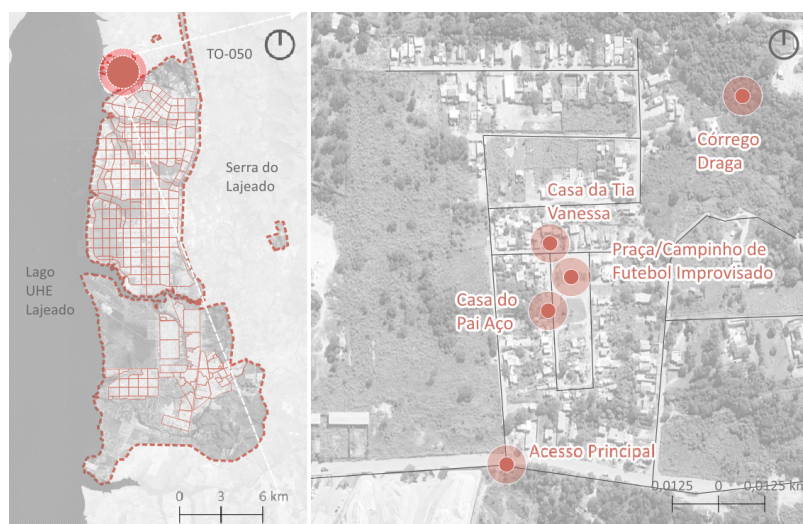
A falta de endereço institucionalizado constitui um dos principais agravantes das desigualdades vivenciadas pela comunidade, uma vez que o atendimento nos postos de saúde é restrito e condicionado a encaixes, ao mesmo tempo em que a inexistência de transporte público limita o acesso a outros serviços essenciais. A precariedade também se manifesta no âmbito educacional, dado que não há equipamentos de educação próximos à área, o que dificulta a permanência escolar.

Essas dinâmicas articulam-se com fatores de vulnerabilidade socioambiental, uma vez que o assentamento está inserido em uma região de altimetria elevada, marcada por acentuadas declividades e pela presença de encostas suscetíveis a processos de deslizamento. Durante o período chuvoso, intensificam-se episódios de enxurradas que incidem diretamente sobre a área, agravando ainda mais os riscos enfrentados pela população residente.

No entanto, apesar das adversidades, a área é marcada por uma série de processos insurgentes que configuram a autogestão do espaço em respostas acerca das necessidades locais como o desenvolvimento de agroflorestas e hortas comunitárias enquanto fonte de provisão de alimentos e a criação de espaços livres de apropriação espontânea que servem como áreas de lazer e de encontro comunitário.

Nesse sentido, a morfologia adotada pelos moradores, na qual as casas se configuram em um formato retangular, com os espaços de apropriação voltados para o núcleo central, se institui como uma forma de integração de vizinhança. Nesse espaço central a rua se configura como caráter simbólico para as crianças, ao passo que a praça improvisada no centro serve como reflexo das dinâmicas de lazer e da paisagem como instrumento de resistência e propagação dos saberes, utilizando de mobiliários improvisados e reciclados, de árvores frutíferas nativas plantadas pelos próprios moradores, fortalecendo o senso de comunidade e pertencimento (Figura 2 e Figura 3).

Figura 2: Localização do Morro Água Fria e principais pontos simbólicos da área



Fonte: Autores, 2025.

Figura 3: Campo de Futebol improvisado no setor Morro do Água Fria



Fonte: Autores, 2025.

No entanto, apesar das adversidades, a paisagem também revela processos insurgentes, expressos na construção de espaços coletivos, hortas comunitárias e áreas de convivência, que ressignificam o território e evidenciam formas de resistência e pertencimento. Dessa forma, o Morro da Água Fria constitui um território marcado



pela sobreposição de vulnerabilidades sociais, ambientais e institucionais, mas também pela presença de práticas comunitárias que revelam formas de resistência, autonomia e produção do espaço, ressaltando a capacidade organizativa e a agência dos moradores.

Assim, a comunidade, mesmo situada à margem das políticas urbanas formais, demonstra que as dinâmicas territoriais podem surgir de forma insurgente, reafirmando identidades locais, fortalecendo vínculos de solidariedade e apontando caminhos alternativos para a construção de um território mais digno e inclusivo, com uma paisagem que reflete isso.

5 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória-documental, fundamentada no planejamento participativo e na compreensão da paisagem como construção social, sensível e relacional na produção de dados primários e secundários. Nesse sentido, a metodologia é entendida como um processo de produção coletiva de conhecimento, no qual os moradores atuam como sujeitos na leitura e (re)significação do território.

A escolha da categoria paisagem decorre da abordagem adotada, por permitir compreender de forma mais direta as expressões visíveis e percebidas das desigualdades no cotidiano. Enquanto o território enfatiza as relações de poder e apropriação, a paisagem evidencia como essas dinâmicas se materializam nas formas, nas ausências e nas experiências vividas. Além disso, ao dialogar com a escuta comunitária e as oficinas participativas, essa abordagem possibilita captar percepções e significados. Dessa forma, mostra-se mais adequada para a análise proposta, ao permitir apreender simultaneamente as dimensões materiais, simbólicas e vividas das desigualdades, especialmente a partir da experiência cotidiana dos sujeitos.

Desse modo, as atividades foram realizadas pelo núcleo BrCidades Tocantins, por meio de oficinas participativas com moradores dos setores Fumaça, Água Fria e Morro do Água Fria, em Palmas-TO, no segundo semestre de 2025. A metodologia “O bairro que temos e o bairro que queremos” foi estruturada em dois momentos: o primeiro voltado à identificação coletiva das condições atuais do território, evidenciando as desigualdades socioambientais expressas na paisagem; e o segundo direcionado à projeção de desejos e possibilidades de transformação, por meio da imaginação coletiva.

Paralelamente, foi realizada uma atividade com crianças, que, por meio de desenhos, expressaram suas percepções e expectativas, contribuindo para a compreensão da paisagem enquanto campo de significação. Dessa forma, a metodologia articula diagnóstico territorial, escuta sensível e imaginação coletiva, permitindo compreender a paisagem como expressão das desigualdades e, simultaneamente, como espaço de resistência e produção de sentidos.

6 RESULTADOS

A análise das oficinas permitiu compreender a paisagem do Morro do Água Fria como expressão concreta das desigualdades socioespaciais, na qual se articulam formas materiais, ausências estruturais e experiências vividas. Nesse sentido, os relatos dos moradores não apenas descreveram condições de vida, mas revelaram como essas condições se manifestam na paisagem cotidiana.

Os elementos identificados pelos participantes como a ausência de saneamento, irregularidade no acesso à água e energia, inexistência de coleta de resíduos, deficiência no transporte público e falta de endereço formal se demonstraram como um conjunto de formas e ausências que configuram uma paisagem de invisibilidade institucional e negação de direitos.

A presença do antigo aterro sanitário constitui um elemento central dessa paisagem, indicando historicamente a destinação de áreas degradadas às populações socialmente vulnerabilizadas. Nesse contexto, a ocupação e transformação desse espaço em moradia revelam uma paisagem contraditória, na qual coexistem degradação ambiental, risco e práticas de sobrevivência, evidenciando tanto a produção da desigualdade quanto sua ressignificação no cotidiano.

Ao mesmo tempo, os moradores reconheceram elementos que tensionam essa lógica, como o companheirismo entre vizinhos, a organização comunitária e as práticas de agroecologia. Esses aspectos indicam que a paisagem não se restringe à precariedade, mas incorpora dimensões simbólicas e práticas que expressam pertencimento, solidariedade e construção coletiva.

No segundo momento da oficina, ao projetarem o “bairro que queremos”, os moradores elaboram outras possibilidades de paisagem, nas quais se destacam o acesso à infraestrutura básica, a regularização fundiária, a presença de equipamentos urbanos e melhores condições de mobilidade. Essas projeções indicam que a paisagem é também um campo de imaginação e disputa, no qual se expressam expectativas de transformação e justiça socioambiental, conforme as contribuições no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Contribuição dos moradores na oficina

O bairro que temos	O bairro que queremos
Falta de saneamento e acessibilidade	Acesso permanente à água e à energia
Falta de energia e de água	Coleta de lixo e saneamento básico
Ausência de endereço e CEP	Regularização fundiária
Ausência de agente de saúde	Sede própria para a associação, com assessoria contábil e jurídica
Inexistência de coleta de lixo	Melhorias habitacionais
Descaso do Estado	Conclusão de processo judicial em andamento
Ponto de ônibus distante	Ponto de ônibus mais próximo da comunidade
Insegurança jurídica e falta de clareza sobre alternativas em caso de remoção	Ponto de ônibus adequado para as crianças
Falta de segurança pública	Mais segurança pública
Violações de direitos e sensação de invisibilidade	Maior clareza e transparência do poder público
Companheirismo entre a vizinhança;	Infraestrutura de lazer
Presença significativa de trabalhadores e idosos;	Pavimentação asfáltica
Associação comunitária unida e ativa;	Cadastramento no sistema de saúde

Práticas de agroecologia no território (hortas, plantação de mandioca e bananeiras)	Parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) para garantir resultados do estudo do solo
---	---

Fonte: Autores, 2025.

Paralelamente a esta atividade, foi realizada uma oficina com as crianças, para que elas também expressassem seus anseios e percepções do lugar em que moram por meio de desenhos (Figura 4). Ao observar as ilustrações produzidas por elas, é possível notar como suas percepções traduzem, de forma sensível, questões estruturais ligadas à justiça climática e ao racismo ambiental.

Figura 4: Oficina com as crianças do Morro do Água Fria



Fonte: Autores, 2025.

No “bairro que temos”, os registros reproduzem sua realidade concreta através da representação dos espaços livres e construídos, com casas simples, seus animais de estimação, o campinho de futebol como espaço central de convivência e brincadeiras, a espacialização da rua e a presença constante da família e amigos. Já no “bairro que queremos”, surgem imagens de praças arborizadas com playgrounds, parques aquáticos, áreas de lazer e especialmente a representação da neve como associação da sensibilidade térmica, revelando tanto o desejo por infraestrutura e qualidade de vida quanto a imaginação de um ambiente mais saudável e justo

Desse modo, os resultados indicaram que a paisagem do Morro do Água Fria pode ser compreendida como uma síntese das relações sociais, ambientais e políticas que estruturam o território. Ela expressa, simultaneamente, a desigualdade na distribuição de recursos, a produção seletiva de vulnerabilidades e a capacidade dos moradores de produzir sentidos, resistir e projetar outras formas de viver o espaço.

7 DISCUSSÃO

A análise das contribuições dos moradores permite compreender a paisagem como expressão material e sensível das desigualdades socioespaciais, evidenciando como a ausência de infraestrutura e de políticas públicas se traduz em formas visíveis de precariedade. Nesse sentido, a paisagem revela não apenas a distribuição desigual de

recursos, mas também a produção seletiva de vulnerabilidades, diretamente associada às dinâmicas de justiça climática e racismo ambiental.

Os relatos evidenciam que tais desigualdades não se manifestam de forma abstrata, mas se concretizam na paisagem cotidiana, por meio da ausência de serviços básicos, da insegurança jurídica e da limitação de acesso a direitos fundamentais. Ao mesmo tempo, essa mesma paisagem incorpora práticas insurgentes, nas quais os moradores produzem formas de resistência e pertencimento, tensionando as condições impostas e ressignificando o espaço vivido.

As reivindicações por regularização fundiária, acesso à infraestrutura e melhores condições urbanas indicam que a luta da comunidade ultrapassa a dimensão imediata da sobrevivência, articulando-se o direito à cidade e à permanência digna no território. Nesse contexto, práticas como a agroecologia evidenciam que a paisagem não é apenas reflexo da precariedade, mas também do campo de produção de alternativas e de construção de outras racionalidades socioambientais.

A leitura da paisagem a partir das crianças reforça sua dimensão sensível e simbólica. Ao representarem tanto a realidade vivida quanto os desejos de transformação, seus desenhos evidenciam a ausência de acesso a espaços verdes, lazer e infraestrutura, ao mesmo tempo em que projetam possibilidades de uma paisagem mais justa. Dessa forma, a paisagem se afirma como campo de significação no qual se expressam simultaneamente as ausências estruturais e as expectativas de futuro.

Assim, a análise permite afirmar que a paisagem do Morro do Água Fria constitui uma síntese das contradições socioespaciais, na qual se articulam desigualdade, vulnerabilidade e resistência. Ao mesmo tempo em que expressa os efeitos de um modelo excludente de urbanização, revela também a capacidade dos sujeitos de produzir sentidos, práticas e alternativas, reafirmando a centralidade da paisagem como categoria analítica para compreender a realidade urbana contemporânea.

Nesse sentido, a paisagem não apenas reflete as desigualdades, mas atua como expressão da própria lógica de produção do espaço urbano desigual, aproximando-se de uma leitura crítica na qual a materialidade espacial revela a estrutura social que a produz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reunir diferentes gerações, a oficina evidenciou que tanto crianças quanto adultos compartilham a percepção de viver em um espaço marcado simultaneamente pela invisibilidade institucional e pela desigualdade, mas também por relações de solidariedade e práticas de resistência. A convergência dessas vozes indica que a luta contra o racismo ambiental e pela justiça climática deve considerar a experiência integral da comunidade, reconhecendo-a como sujeito ativo na produção de sentidos, estratégias de sobrevivência e projetos de futuro.

A partir dos resultados obtidos, compreende-se que a paisagem vivida no Morro do Água Fria explicita, de forma concreta, a coexistência entre precariedade estrutural e práticas coletivas que produzem pertencimento e alternativas de vida, configurando-se como um campo de significação do espaço no qual se articulam dimensões materiais, simbólicas e afetivas. No caso do Morro do Água Fria, elementos como o campo de futebol, as hortas comunitárias e os espaços coletivos de convivência configuram uma paisagem que expressa não apenas carências, mas também vínculos sociais, práticas

de cuidado e formas de resistência. Trata-se, portanto, de uma paisagem que incorpora tanto as ausências produzidas pelo Estado quanto as presenças construídas pela ação coletiva dos moradores.

Nesse contexto, o antigo aterro sanitário se constitui como elemento estruturante de uma paisagem de injustiça ambiental, ao evidenciar a destinação histórica de áreas degradadas às populações vulnerabilizadas. Ao mesmo tempo, sua transformação em espaço de moradia e convivência revela a capacidade de ressignificação do território, tensionando a lógica da exclusão e afirmando a permanência como prática política.

Assim, ao articular paisagem e território, este estudo sustenta que a paisagem se apresenta como categoria analítica fundamental para compreender as dinâmicas socioespaciais contemporâneas, especialmente por permitir evidenciar, de forma integrada, a produção das desigualdades e as práticas insurgentes que as confrontam. Nesse sentido, a principal contribuição desta pesquisa reside em demonstrar que a paisagem, quando analisada a partir de abordagens participativas, ultrapassa sua dimensão descritiva e se afirma como ferramenta crítica capaz de revelar simultaneamente as condições estruturais de exclusão e as formas cotidianas de resistência e produção do espaço. Ao evidenciar a paisagem como síntese entre materialidade, experiência vivida e ação política, o estudo amplia seu uso no campo do planejamento urbano e ambiental, especialmente em contextos periféricos marcados por vulnerabilidade socioambiental.

O Morro do Água Fria, portanto, não pode ser compreendido apenas como um “antigo lixão” convertido em moradia, mas como expressão de uma paisagem viva, construída cotidianamente, que sintetiza as contradições urbanas brasileiras. Entre ausências e possibilidades, entre precariedades e práticas de solidariedade, os moradores revelam que a luta por justiça climática e contra o racismo ambiental é, sobretudo, uma luta pelo reconhecimento, pela permanência e pelo direito de produzir e transformar o espaço vivido.

REFERÊNCIAS

AB’SABER, Aziz Nacib. **Potencialidades paisagísticas brasileiras**. Boletim Geomorfologia, São Paulo, Inst. de Geografia da USP, n. 55, 1977.

BOTTURA, Ana Carla de Lira. **Conflitos e produção de consensos na cidade neoliberal: a luta por moradia em Palmas/TO**. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 36, p. 209-215, 2002.

CORIOLOANO, G. P. **Plano Diretor Participativo de Palmas**: análise da aplicação de instrumentos urbanísticos para a redução das desigualdades socioterritoriais. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) –

Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2011

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GRUPOQUATRO. **Memorial do projeto da capital do estado do Tocantins: Palmas/Plano Básico**. Goiânia: GrupoQuatro, 1989, (mimeo).

HOLSTON, James. **Cities and citizenship**. Duke University Press, 1999.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Editora Centauro, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

RODRIGUES, Renato Bezerra; SOUSA, Giuliana de Brito. A **expansão urbana de Palmas-TO**: o cenário de Palmas Sul. Editora Realize, Anais da ANPUR, Curitiba, 2025.

RODOVALHO, Sarah Afonso. **A política urbana como instituição**: o caso do planejamento e gestão urbanos em Palmas (TO) pós-Estatuto da Cidade. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2020.

SANDEVILLE JR., Euler. *Paisagem*. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, Brasil, n. 20, p. 47–59, 2005. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i20p47-59. Disponível em: <https://revistas.usp.br/paam/article/view/40228> ↑. Acesso em: 05 abr. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: **diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004

VELASQUES, Ana Beatriz Araujo. **A concepção de Palmas (1989) e sua condição moderna**. 2010. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

WEHMANN, Hulda Erna. **Habitar a paisagem**: o reconhecimento da experiência estética como direito à cidade. 282p. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 201